



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Trabalho, questão social e serviço social

O EXERCÍCIO PROFISSIONAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UMA SISTEMATIZAÇÃO DAS DIMENSÕES DO TRABALHO PROFISSIONAL NO CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO SERIDÓ/CAMPUS CURRAIS NOVOS

Alana Cristina Bezerra de Medeiros Soares¹

Resumo: Este trabalho consiste numa sistematização do exercício profissional na política de assistência estudantil da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), especificamente no campus de Currais Novos. Nele, são realizadas algumas reflexões sobre a atuação profissional nesse campo, tendo como norte as dimensões que a particularizam e que são dialeticamente articuladas.

Palavras-chave: Exercício profissional; ensino superior; assistência estudantil.

Abstract: This work consists of a systematization of professional practice in the student assistance policy of the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN), specifically in the Currais Novos campus. In it, some reflections on the professional performance in this field are carried out, taking as its basis the dimensions that particularize it and which are dialectically articulated.

Keywords: Professional exercise; higher education; student assistance.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho configura-se como uma sistematização do exercício profissional do assistente social na política de assistência estudantil da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), tendo como espaço socio-ocupacional específico o campus de Currais Novos, que compõem o Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES/UFRN). Realizaremos, portanto, uma síntese reflexiva em torno das principais ações desenvolvidas no cotidiano de trabalho do assistente social, tendo por base o projeto ético-político da profissão, especialmente em relação à Lei 8.662/1993-CFESS, que estabelece as competências e atribuições do assistente social nos mais diversos espaços socio-ocupacionais.

Além disso, o documento “Subsídios para a atuação dos assistentes sociais na política de educação” (CFESS, 2014) será o fio norteador das discussões sobre o exercício profissional neste artigo, tendo por base a concepção de educação e as dimensões que particularizam o trabalho profissional na Política de Educação presentes no documento.

Nessa perspectiva, entendemos que a educação possui historicamente uma função social relevante à reprodução do capital, ao ponto que assegura:

¹ Profissional de Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, E-mail: alana.ceresufrn@gmail.com.

[...] a reprodução dos contextos sociais, da forma de apreensão do real, do conjunto de habilidades técnicas, das formas de produção e de socialização do conhecimento científico que reponham contínua e ampliadamente as desigualdades entre as classes fundamentais e as condições necessárias à acumulação incessante (CFESS, 2014, p. 16).

Porém, apesar da sua funcionalidade à reprodução do capital, no sentido de reproduzir consensos, possibilitar a formação técnica, moral e intelectual da força de trabalho, entre outros aspectos, a educação, como outras dimensões da vida social é marcada por contradições, por projetos e lutas societárias distintas, as quais numa perspectiva gramsciana, favorecem a contra-hegemonia contribuindo com possibilidades de construção de uma educação emancipadora no horizonte de uma nova ordem social. Mas, esse processo de contra-hegemonia não se esgota nas instituições educacionais, uma vez que precisam atravessar todos os domínios da vida social. Portanto, nessa perspectiva, a Política de Educação vista como um direito social a ser universalizado é um dos instrumentos para o processo de mobilização e de luta social numa perspectiva de emancipação humana (CFESS, 2014).

A inserção dos assistentes sociais na Política de Educação² se desenvolveu na dinâmica contraditória das lutas societárias, de um lado como requisição dos movimentos sociais na luta pela universalização da educação pública, expressas em políticas e programas governamentais, pressionados por tais sujeitos políticos. E, por outro lado tal inserção “se subordina à agenda e aos diagnósticos dos organismos multilaterais, fortemente sintonizados às exigências do capital, quanto à formação e qualificação da força de trabalho” (CFESS, 2014, p. 37).

Do mesmo modo, a assistência estudantil também foi construída em meio a essas contradições, especialmente, como forma de responder às expressões da questão social³, que, por vezes, inviabilizam o acesso e a permanência no ensino superior.

Como nos mostra Imperatori (2017), a assistência estudantil foi construída com base na luta dos estudantes, desde o final da década de trinta, onde se destacam ações promovidas pelos movimentos sociais, movimento estudantil e pela UNE, e especialmente a partir da década de noventa. Junto a isso, é importante ressaltar o papel que o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace) e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes)

² É importante mencionar, que apesar de se disseminar a ideia de que a atuação do assistente social na educação é um campo novo, nossa vinculação foi forjada desde os primórdios da profissão, quando éramos chamadas pelas classes dominantes a atuar na formação técnica, intelectual e moral da classe trabalhadora, conforme nos mostra lamamoto; Carvalho, 1996.

³ Segundo lamamoto (2001, p.27) a questão social é definida como o “[...] conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.

tiveram na luta pela efetivação da assistência estudantil. Diante disso, tem-se em 2010 a instituição do Programa Nacional de assistência estudantil (PNAES), regulamentado pelo Decreto 7.234, que traça uma série de ações para contribuir com a permanência dos estudantes na educação superior pública federal, visando diminuir as desigualdades regionais e sociais.

Conforme Cavaignac; Costa (2017) é, portanto, nesse cenário de expansão da educação superior e da organização do PNAES que se observa o crescimento da demanda por profissionais de Serviço Social para atuar no planejamento, elaboração, execução e avaliação de ações no âmbito da assistência estudantil. Tais profissionais são requisitados a compor as equipes e intervir sobre as expressões da questão social no meio acadêmico, que impactam no acesso, permanência e êxito dos estudantes.

Nessa perspectiva, este trabalho irá tratar especificamente do exercício profissional no entorno da assistência estudantil no campus de Currais Novos, município localizado a 180 quilômetros de Natal, capital do estado do RN. Inicialmente, serão apresentados alguns dados relacionados à assistência estudantil da UFRN e, posteriormente, realizaremos reflexões sobre a atuação profissional nesse campo, tendo como norte as dimensões que a particularizam, presentes no documento do CFESS (2014).

2. O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: situando a UFRN

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte é uma instituição universitária de caráter público, organizada sob a forma de autarquia de regime especial e vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro na cidade de Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte. A mesma tem como um dos seus princípios a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Na UFRN, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE) é a responsável pelo planejamento, coordenação, supervisão e execução das atividades de assistência ao estudantil, em articulação com as ações acadêmicas.

De um modo geral, os programas de assistência estudantil são regidos por editais de seleção para bolsas e auxílios, os quais se baseiam na Resolução N°249/2018 (que regulamenta as ações de assistência estudantil da UFRN) e no Decreto N°7234/2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Tais programas estão presentes nos 05 campi da UFRN (distribuídos nas cidades de Natal, Macaíba, Caicó, Currais Novos e Santa Cruz).

Considerando todos os campi, a comunidade acadêmica da UFRN é formada por cerca de 43.000 estudantes, dos quais 538 pertencem aos cursos de graduação presenciais

do CERES/Campus de Currais Novos e, dentre estes 326 foram assistidos por auxílios da assistência estudantil no semestre 2019.1, o que representa 60,59% do total de discentes matriculados nos cursos oferecidos em Currais Novos.

As instituições federais de ensino superior do Brasil são hoje majoritariamente femininas e cada vez mais negras e populares, de modo que cerca de 66% do total de graduandos possuem renda *per capita* de até 1,5 salário mínimo, ou seja, a maioria dos estudantes das universidades federais hoje têm perfil para a assistência estudantil. A IV Pesquisa Nacional de Perfil dos Discentes das Instituições Federais de Ensino Superior revela que “[...] a universidade caminha na direção de espelhar a composição social do país” (ANDIFES; FONAPRACE, 2016, p. 12) e isso se deu através do processo de expansão do ensino superior, por meio de programas, como REUNI, ENEM/SISU e a Lei 12.711/2012 (Lei de Cotas), que permitiram maior mobilidade territorial e maior ingresso de estudantes negros, pardos e de escolas públicas.

A realidade da UFRN se aproxima do cenário nacional, de modo que, cerca de 84,6% dos estudantes matriculados pertencem à classe social baixa, possuindo uma renda familiar inferior à cinco vezes o salário mínimo, conforme dados do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA/UFRN).

No que tange à assistência estudantil, é necessário fazer algumas ponderações antes de iniciar a discussão sobre o exercício profissional. A primeira delas, é que precisamos desmistificar a ideia propagada pelo senso comum de que as ações da assistência estudantil são assistencialistas e baseadas na caridade. Como vimos acima, assistência estudantil é um direito conquistado, que está regulamentado em decreto nacional, e isso significa romper com a ideologia tutelar do assistencialismo, da doação, do favor e das concessões do Estado.

Outro ponto importante é entender que assistência estudantil não consiste em mero repasse financeiro, pois embora tenha como finalidade destinar recursos e mecanismos para que os estudantes possam permanecer na universidade e concluir seus estudos, ela não deve se voltar apenas para a parte econômica, deve também ser trabalhada em consonância com aspectos pedagógicos e psicossociais.

Além disso, a assistência estudantil se caracteriza como uma política seletiva e residual, que deixa “à margem” parcela dos estudantes, por restringir, prioritariamente, suas ações aos discentes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio. Porém, precisamos ter clareza de que nosso horizonte é de que a assistência estudantil se constitua como política⁴ para todas e todos.

⁴ Existe um projeto de lei de 2017 de autoria da deputada Jandira Feghali do PCdoB/RJ, que propõe a instituição da Política Nacional de Assistência Estudantil, através da aprovação de uma lei. Hoje a assistência estudantil é regulamentada pelo Decreto Nº7.234/2010, o qual pode ser revogado pela vontade única do chefe do Poder

Assim, para discutir o exercício profissional na educação e assistência estudantil, é preciso ter em mente que nosso “[...] objeto de trabalho não é, especificamente, a assistência estudantil, mas sim a questão social e suas múltiplas refrações, as quais inviabilizam o acesso e a permanência dos sujeitos no sistema educacional” (CAVAIGNAC; COSTA, 2017, p.424).

Diante disso, faremos algumas reflexões sobre as ações desenvolvidas na UFRN/Campus de Currais Novos, tendo como norte a diversidade de dimensões da atuação profissional, as quais são articuladas dialeticamente: dimensão individual, coletiva, investigativa, pedagógico-interpretativa, de controle social e de gerenciamento, planejamento e execução de bens e serviços (CFESS, 2014).

2.1 Dimensão Individual

Segundo documento do CFESS (2014), a abordagem individual e junto às famílias das/dos estudantes é extremamente importante e estratégica, pois contribui para o enfrentamento das situações de violação de direitos.

Nessa perspectiva, realizamos ações socioeducativas de orientação e acompanhamento aos discentes, suas famílias e à comunidade acadêmica, de uma forma geral, utilizando instrumentais como entrevista social e escuta qualificada.

Diversos atendimentos⁵, ações de acolhimento individual e acompanhamentos são realizados à comunidade acadêmica do CERES/Campus Currais Novos, visando orientar e informar os usuários (especialmente os discentes), quanto aos serviços, programas e benefícios oferecidos pela universidade. Tal atividade é fundamental para o conhecimento e instrumentalização desses sujeitos quanto a seus direitos e deveres, possibilitando maior participação dos usuários na realidade institucional. Realizamos também ações de acolhimento às famílias e aos estudantes ingressantes, visando apresentar os serviços desenvolvidos pela instituição.

Em caráter de acompanhamento, o serviço social do campus realiza também atendimentos aos discentes com necessidades educacionais específicas ou com deficiência, visando contribuir com sua inserção, usufruto e permanência no meio acadêmico, considerando suas potencialidades e respeitando a diversidade própria das relações sociais.

Conforme documento do CFESS (2014), apesar da importância da abordagem individual e de seu caráter socioeducativo e pedagógico, não podemos vê-la como única

Executivo. A instituição de uma lei garantiria maior estabilidade jurídica à política, pois passaria pelo crivo do Congresso Nacional para sua alteração e, conseqüentemente, por um debate amplo com a sociedade.

⁵ É importante mencionar que, por vezes, tais atendimentos são desenvolvidos em parceria com a Pedagogia, Psicologia do CERES/C. Novos e com a Comissão Permanente de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (CAENE/UFRN).

modalidade de intervenção, em que pese restringir significativamente o alcance do nosso trabalho.

2.2 Abordagem coletiva junto aos movimentos sociais

Outra dimensão importante é a de intervenção coletiva articulada com os movimentos sociais, a qual é fundamental para a ampliação dos horizontes profissionais em defesa de uma educação pública e de qualidade, permitindo a “[...] incorporação de novos conteúdos ao cotidiano dos estabelecimentos, relativos aos modos de apreensão da realidade produzidos na dinâmica das lutas sociais” (CFESS, 2014, p. 52).

Nessa direção, o serviço social do CERES Currais Novos, vêm se articulando ao movimento social feminista Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e ao movimento estudantil, particularmente, representado pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE), na proposição de algumas ações profissionais. A exemplo disso, realizamos em 2019 o “II Encontro de Mulheres do Campus C. Novos”, construído em parceria com a MMM desde a sua primeira edição, que ocorreu em 2018. O evento se constitui como um espaço consolidado de debate sobre gênero, feminismo, violência contra a mulher, entre outras temáticas e visa fortalecer tais discussões no meio acadêmico. Em 2019 o encontro teve uma programação diversificada (entre minicurso, roda de conversa e mesa redonda) e contou com a participação de cerca de 140 pessoas, entre estudantes, professores, técnico-administrativos e população do município, de um modo geral.

Já em articulação com o DCE realizamos uma mesa redonda para refletir junto aos estudantes sobre os efeitos da Emenda Constitucional Nº95/2016, que instituiu um novo regime fiscal por vinte anos, com impacto negativo no orçamento das políticas sociais, entre as quais se encontra a política de educação. Discutimos, junto com os estudantes sobre os impactos de tal contingenciamento para as universidades e para a assistência estudantil.

Tal dimensão da atuação profissional é importante para a constituição e reconhecimento dos sujeitos coletivos que integram o espaço das universidades, fortalecendo a luta pelos direitos sociais e, em particular, por uma educação pública, gratuita, presencial e de qualidade.

2.3 A dimensão investigativa

O exercício profissional do assistente social deve ser desenhado tendo a dimensão investigativa articulada às demais dimensões do trabalho. Conforme Guerra (2009),

[...] a postura investigativa do profissional se explicita na realização das suas competências como um todo: nas fases de planejamento, implementação, avaliação

e revisão crítica do processo. A dimensão investigativa está intrinsecamente relacionada com a dimensão interventiva, e a qualidade de uma implica a plena realização da outra (GUERRA, 2009, p. 14).

A dimensão investigativa, contribui para a apreensão das condições de vida, de trabalho e de educação dos usuários, bem como para a compreensão das demandas profissionais, dos recursos institucionais, entre outros aspectos. São, conforme Guerra (2009) fundamentais para qualificar nossas respostas profissionais às demandas.

Nessa direção, realizamos no cotidiano de trabalho na UFRN/campus de C. Novos, estudos socioeconômicos, entrevistas, visitas domiciliares e outras estratégias que visam conhecer melhor a realidade socio familiar e cultural dos discentes, a fim de encaminhar providências que contribuam com a materialização do direito à permanência. A exemplo disso, realizamos semestralmente entrevista individual de acompanhamento aos discentes que ingressam na residência universitária, com o objetivo de oportunizar o diálogo sobre o processo de inserção e adaptação desses estudantes na moradia, conhecendo melhor seus anseios, expectativas, bem como os pontos positivos e negativos identificados por eles.

Realizamos também uma pesquisa, com base em dados apresentados pelos discentes no SIGAA/UFRN, que identificou a necessidade de pagamento de auxílio alimentação para os estudantes do CERES/UFRN, considerando que muitos informaram ter atividades em turnos consecutivos na universidade, que, por vezes, os impede de retornar às suas casas para fazer as refeições. Tal levantamento foi repassado à PROAE/UFRN para fins de apreciação e de tomada de providências quanto a concessão de tal auxílio, que passou a ser pago no semestre seguinte.

Propomos também atividades investigativas que culminaram com a construção do projeto de extensão “Quem disse que não podemos?”, coordenado pelo Serviço Social do campus e iniciado em 2017. O projeto foi construído juntamente com os discentes a partir da necessidade de discutirmos no campus a temática da inclusão das pessoas com deficiência e do respeito às diferenças. Hoje o projeto está em sua terceira edição, conta com financiamento interno (FAEX) através da Pró-reitoria de extensão (PROEX/UFRN) e leva conhecimento sobre o tema para estudantes das escolas estaduais do município de C. Novos, bem como para a comunidade acadêmica.

2.4 A dimensão do trabalho profissional nos espaços de controle social

No que toca à dimensão da atuação profissional nos espaços de controle social, podemos citar nossa participação, atualmente, no Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas (COMUD) do município de C. Novos, enquanto representante da universidade. De um modo geral, participamos das reuniões e da elaboração de projetos e planos de ação do

conselho, contribuindo com tal espaço democrático de decisão. Nessa perspectiva, entendemos a importância dos conselhos “[...] para a democratização do espaço público e para a mudança da cultura política presente ao longo da história brasileira, pautada no favor, no patrimonialismo, no clientelismo e populismo” (BRAVO, 2009, p. 8).

2.5 A dimensão pedagógico-interpretativa

De acordo com documento do CFESS (2014, p. 53-54), a dimensão pedagógico-interpretativa possui um importante significado no campo da educação, “[...] pois representa um dos elementos que justificam a inserção desse/a profissional na dinâmica de funcionamento dos estabelecimentos educacionais”. Através dela e em conjunto com outras dimensões do exercício profissional, socializamos informações e conhecimentos no campo dos direitos sociais e humanos, das políticas sociais, de sua rede de serviços e da legislação social.

Uma das formas de expressão da dimensão pedagógico-interpretativa são as ações socioeducativas desenvolvidas pelo assistente social, as quais não se expressam apenas nas abordagens grupais, mas também nas individuais, conforme nos mostra Miotto, 2009:

A formação de grupos é altamente recomendável porque permite, por meio da reunião de diferentes sujeitos, a realização do processo educativo de forma coletiva. Tanto nas reuniões como nos encontros individuais (entrevistas), que são os instrumentos utilizados para a abordagem dos sujeitos, o desenvolvimento do processo educativo se faz com a utilização de inúmeros recursos. Esses incorporam técnicas de dinâmica de grupo, recursos audiovisuais, técnicas de reconhecimento do território, entre muitas outras (MIOTTO, 2009, p. 12).

Nessa direção, a dimensão pedagógico-interpretativa envolve tanto as ações individuais (acolhimento, entrevista social), como as ações de caráter coletivo.

A exemplo disso, para além dos atendimentos individuais, realizamos também ações socioeducativas coletivas com estudantes e moradores da residência universitária do campus de Currais Novos, com o objetivo de promover a participação grupal (tratando sobre direitos e temáticas sociais de interesse dos mesmos), bem como para fins de planejamento de atividades. Na residência universitária, são realizadas ações socioeducativas, por vezes, em parceria com a pedagogia e a psicologia, através de rodas de conversa, reuniões e palestras sobre temas, tais como: gênero e diversidade sexual, saúde mental na universidade, suicídio, entre outros, com o intuito de estabelecer um espaço de diálogo com os residentes e de reflexão crítica sobre temáticas sociais de interesse coletivo. Além disso, realizamos semestralmente ações de socialização e integração dos/as novos residentes, com o intuito tanto de promover uma experiência grupal entre os veteranos e os novos residentes, quanto de repassar informações a respeito dos serviços da assistência estudantil

e dos direitos e deveres dos moradores, numa perspectiva de reflexão ética. De um modo geral, as reuniões na residência universitária se constituem, portanto, enquanto um espaço de diálogo, reflexão e aprendizagem mútuos e um importante instrumento de participação dos discentes.

Corroborando com Cavaignac; Costa (2017), tais ações socioeducativas contribuem com a formação profissional dos estudantes, tanto quanto as ações inerentes à concessão de auxílios, uma vez que fortalecem o processo de formação integral dos estudantes numa perspectiva social, política e cultural. Segundo as autoras, é portanto, nesse terreno “[...] que se assenta a dimensão educativa do trabalho do assistente social, no sentido de socializar informações, estimular o debate, exercitar a fala e despertar a criticidade do corpo estudantil” (CAVAIGNAC; COSTA, 2017, p. 426).

Além das ações com os moradores da residência universitária, realizamos também uma roda de conversa, no ano de 2018, voltada para a comunidade acadêmica do CERES/campus C. Novos, com o tema “Quem disse que não podemos? histórias de vida e vivências de estudantes com deficiência do CERES/UFRN”. Tal momento foi construído pelo Serviço Social, juntamente com os estudantes que constituem a equipe do projeto de extensão “Quem disse que não podemos?” e, compõe uma das ações de caráter pedagógico desenvolvidas pelo projeto.

É importante mencionar a participação do Serviço Social durante a semana de recepção aos alunos ingressantes do CERES/C.Novos, momento em que socializamos informações a respeito dos serviços e benefícios da política de assistência estudantil da UFRN, bem como sobre o trabalho desenvolvido pelo Serviço Social. Nessa atividade, há geralmente, grande participação dos estudantes, que elencam dúvidas e críticas em torno dos programas de assistência estudantil e conhecem melhor os direitos que possuem enquanto estudantes da UFRN.

Por fim, destacamos também a atuação de caráter pedagógico-interpretativo do assistente social no planejamento e execução de eventos acadêmicos, que tratam de temáticas transversais à formação dos estudantes e se constituem em espaços de debate, de construção do conhecimento, de reflexão crítica, de mobilização e articulação coletiva, contribuindo com o processo de desconstrução de estereótipos e preconceitos. Podemos citar, entre eles o “I e II Encontro de Mulheres do CERES/C. Novos”, o “I Encontro Universitário: a construção de mediações no enfrentamento à violência de gênero” e o “Seminário de Educação Inclusiva: compartilhando saberes”.

Por fim, Mito (2009) nos diz que as ações socioeducativas criam condições para que a/o usuário

[...] elabore, de maneira crítica e consciente, sua própria concepção de mundo e que participe ativamente na produção da história do mundo construindo uma nova cultura. Dessa forma, os assistentes sociais colocam em movimento o princípio educativo da “pedagogia emancipatória” proposto por Abreu (2002). Este, segundo a autora, erigiu-se a partir de condições socio-históricas e político-ideológicas de elaboração e desenvolvimento de um projeto profissional de caráter ético-político, calcado no paradigma crítico-dialético (MIOTO, 2009, p. 14).

2.6 A dimensão de gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços

Em relação à dimensão de gerenciamento, planejamento e execução de bens e serviços, observamos que o profissional de Serviço Social vem sendo chamado a atuar nessas frentes, especialmente no que toca à execução dos programas de assistência estudantil. Porém, há um grande investimento político-profissional, de maior participação nas instâncias de gestão, juntamente com os usuários (CFESS, 2014). Tal dimensão, mostra a importância do trabalho profissional, superando a posição de executor terminal das políticas, programas e projetos institucionais e assumindo a posição de sujeito das ações profissionais. Segundo Cavaignac; Costa (2017):

Participando integralmente do processo de planejamento, execução e avaliação das ações de assistência estudantil, o assistente social tem a possibilidade de mobilizar os recursos materiais e humanos necessários à efetivação de um trabalho comprometido com os interesses dos usuários. Além disso, tem a possibilidade de vislumbrar alternativas de atuação que superem a administração de benefícios pecuniários (Cavaignac; Costa, 2017, p.425).

O planejamento deve nortear todas as dimensões da atuação e delinear as ações profissionais a fim de garantir respostas mais qualificadas. No que toca a essas três frentes, o maior desafio tem sido a participação do assistente social nas instâncias de gestão da assistência estudantil.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Defendemos neste trabalho, portanto, uma compreensão ampliada de assistência estudantil, não apenas voltada para as questões de subsistência material, mas também preocupada com as questões emocionais, culturais, étnico-raciais, de gênero e de acessibilidade apresentadas pelos estudantes. Da mesma forma, observamos que o trabalho do assistente social na assistência estudantil não se resume à mera execução e administração dos programas (bolsas e auxílios), mas se debruça também a outras ações de caráter educativo e político, importantes não só à formação integral dos estudantes, como também a sua permanência na universidade.

Nessa perspectiva, identificamos que o exercício profissional do assistente social, no âmbito da assistência estudantil da UFRN, tendo como referência o campus de C. Novos,

tenta se desenvolver em diversas frentes de trabalho (se expressando em ações socioeducativas, rodas de conversa temáticas, ações de extensão, entre outras). Ações que vão para além da realização de estudos socioeconômicos e que não se restringem às abordagens individuais do trabalho profissional, se articulando também com suas dimensões coletiva, investigativa, de controle social, de planejamento, entre outras.

Em suma, num cenário de crescente demanda por assistência estudantil, dadas as condições de vulnerabilidade dos estudantes, que desagua no caráter seletivo da política e nos recursos orçamentários cada vez mais escassos, o grande desafio que se apresenta é a defesa da educação como direito universal. O que desafia a categoria profissional a lutar nos espaços socio-ocupacionais e nos movimentos sociais mais amplos da sociedade por uma educação pública, gratuita, presencial e de qualidade, que se efetive de fato como um direito de todas e todos.

REFERÊNCIAS

ANDIFES. IV Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras. Uberlândia, 2016. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Pesquisa-de-Perfil-dos-Graduando-das-IFES_2014.pdf> Acesso em: 26 fev. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Brasília (DF), 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 26 fev. 2019.

BRAVO, Maria Inês Souza. O trabalho do assistente social nas instâncias públicas de controle democrático. In: CFESS (org.). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS, 2009.

CAVAIGNAC, Mônica Duarte; COSTA, Renata Maria Paiva. Serviço Social, assistência estudantil e “contrarreforma” do estado. **Temporalis**, Brasília (DF), n. 34, p. 411-435, jul/dez. 2017. Disponível em <<http://www.periodicos.ufes.br/temporalis>>. Acesso em: 26 fev. 2019.

CFESS. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. Brasília: CFESS, 2014.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CFESS (org.). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico metodológica. 11. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Estatuto da UFRN 2002**. Disponível em: <https://www.ufrn.br/resources/documentos/estatuto/Estatuto-UFRN.pdf> Acesso em: 29 mai. 2019.